

De segundas intenções o Catete estava cheio...

Andrea de Albuquerque Vianna
andvianna@gmail.com

Linha de pesquisa: História da Arquitetura, do Urbanismo e do Território

INTRODUÇÃO

O cenário político nacional na Era Vargas apresentava crises pontuais, períodos conturbados e a necessidade de se estabelecer uma identidade nacional e o espírito nacionalista que pudessem sustentar a conjuntura político-ideológica da época. O Brasil enfrentava a identificação histórica das classes abastadas com as culturas europeia e norte-americana, e a rejeição aos elementos das culturas negra e indígena (LOPES, 2000). Esta identificação, existente desde o Brasil colônia, estendeu-se até o século XX, criando um campo favorável à fragmentação cultural do país e ao estabelecimento de guetos de imigrantes.

O cenário internacional apresentava disputa de forças entre fascismo (Mussolini – 1922/1943, Salazar – 1932/1974, Franco – 1936/1975), nazismo (Hitler – 1934/1945) e comunismo (Stálin – 1927/1953).

No Brasil, duas forças políticas: a Ação Integralista Brasileira - AIB, fundada em 1932, e a Aliança Nacional Libertadora - ANL, criada em 1935 - caminhando ao largo do Governo, criavam conflitos e estabeleciam aproximações com Itália e Alemanha, que já atuavam livremente pelo País através de relações comerciais, agremiações, militância política e jornais. As duas correntes lutavam entre si e planejavam, com o apoio dos seus comandos internacionais derrubar o Governo Vargas (BERTONHA, 2001).

O Governo Vargas, apesar de não assumir abertamente nenhuma das doutrinas políticas correntes, apresentava pontos em comum: autoritarismo, valorização da cultura local, definição da identidade própria, comunicação voltada para jovens, crianças e trabalhadores. O Estado Novo, com características próximas às dos governos fascistas, adotou caminhos similares; um deles foi o nacionalismo. Era necessário valorizar e difundir a identidade nacional.

Figura 1 – Il libro per la prima classe. 7/11: saluto al Duce.



Fonte: www.indire.it/immagini/immagini/inettest/ts2062v1-78.jpg

Figura 2: “Crianças, o que vocês sabem sobre o Führer?”



Fonte: www.youtube.com/watch?v=XlTxoNZjnJO

Figura 3: Getúlio Vargas o amigo das crianças.



Fonte: cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/DIP

Reconhecendo-se a importância de se criar um elemento de convergência nacional, buscava-se o aporte que firmasse uma ideologia para assegurar ao Estado o apoio político que proporcionasse maior poder de persuasão, principalmente em relação às classes populares.

Com o intuito de manter o controle sobre diversos segmentos da sociedade, o Governo Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP (Decreto-lei nº 1.915 de 27/12/1939), para difundir os



valores do Estado Novo junto às classes populares, destacando-se as classes trabalhadoras.

No período 1937-1945 o Turismo, o Patrimônio histórico e a propaganda passaram a ser tratados como questões políticas, sendo submetidos a ações e tentativas de controle, organização e investimentos pelo Governo. O objetivo era transformá-los em ferramentas para dar suporte à criação de uma ideologia nacional, destacando a cultura brasileira e gerando uma visão favorável sobre o Brasil.

O DIP contava com as divisões: Divulgação; Radiodifusão; Cinema e teatro; Imprensa; Serviços auxiliares (comunicações, contabilidade, tesouraria, material, filмотeca, discoteca, biblioteca). Destaca-se a Divisão de Turismo - DT (BRASIL, 1939), cujo objetivo era organizar e executar planos de propaganda no exterior, fichários e cadastro de informações turísticas, corresponder-se com organizações internacionais, organizar e divulgar material de propaganda turística sobre o País. (GOULART, 1990, *apud* SANTOS FILHO, 2007).

Este artigo reúne fragmentos da pesquisa de doutorado que busca compreender a participação das políticas do Patrimônio na formulação de ações e diretrizes para o Planejamento Turístico no Brasil - Estado Novo (1937-1945) e o Governo Militar (1964-1985), à luz do papel das estratégias de sustentação político-ideológica dos governos ditatoriais.

OBJETIVOS

Identificar conceitos e ideologias arraigados nas ações do Governo Vargas, referentes à relação Patrimônio-Turismo, buscando compreender como foram tecidas essas relações durante o Estado Novo.

MÉTODO

Este trabalho adota métodos de pesquisa documental e bibliográfica para o levantamento de dados.

DESENVOLVIMENTO

No início do século XX, o Brasil enfrentava uma crise de identidade marcada pelos processos de imigração europeia, urbanização da região Sudeste e ascensão das elites industriais. Contribuíram para este quadro o surgimento de escolas para imigrantes, e a disputa de

poder entre governo federal e oligarquias regionais, fato que propiciou a Revolução de 1930. Destaca-se também o modernismo de 1922, com seus questionamentos e buscas por uma recriação do Brasil. (MAGALHÃES, 2009, p.37).

Neste período, em que o nacionalismo era doutrina corrente, tem início a preocupação com o patrimônio histórico nacional, cuja discussão só se fortaleceu no Brasil a partir da Era Vargas. Segundo Camargo (2002, p.72), não houve qualquer noção de patrimônio ou de bens patrimoniais no Brasil do século XIX.

Desde momentos pontuais, como a classificação de Ouro Preto como Monumento Nacional (1933), passando pela criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN (1937), depois Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN (1938), fica evidente que as questões políticas são determinantes nesta relação tão próxima, porém pouco analisada que é a da interdependência Patrimônio-Turismo.

A escolha de Ouro Preto como monumento nacional tem caráter simbólico: apoia-se nos personagens históricos que consagram a cidade como altar da formação nacional (CAMARGO, 2002, p. 84).

Este caráter de epopeia foi adotado na reorganização do Estado durante a ditadura Vargas. Nesse período, percebe-se a apropriação do patrimônio para dar suporte à implantação dos princípios varguistas (Nacionalismo; autoritarismo; trabalho, entre outros). Desta forma, os preceitos de ordem, tradição e religião são largamente manipulados pelo Estado.

É neste cenário que se estabelece a utilização do patrimônio como atrativo turístico. Diversas medidas são adotadas para difundir a identidade nacional dentro e fora do País. A responsabilidade estava nas mãos do DIP, encarregado de divulgar o que os turistas deveriam ver no Brasil. Dentre suas muitas publicações, editou e distribuiu a *Travel in Brazil*, (1941 – 1944), divulgando as riquezas do País, sua natureza exuberante e um povo acolhedor e hospitaleiro.

A busca pela identidade nacional ocorreu, segundo Chauí (2000), entre o fim da Primeira Guerra – 1918 – e os anos de 1970, quando a política estava vinculada ao populismo e ao nacional desenvolvimentismo. Havia a



3º SIMPÓSIO DE PESQUISA DO PPGAU-UFRN – DOUTORADO, MESTRADO ACADÊMICO e MESTRADO PROFISSIONAL

afirmação da Nação como espaço único, em detrimento do federalismo. Os esforços se voltavam para o culto aos símbolos nacionais e para a tentativa de massificação deste novo ideal de Nação. (MAGALHÃES, 2009, p.38). Neste momento, cria-se a União das Escolas de Samba, há a oficialização dos desfiles carnavalescos (1935), e a obrigatoriedade de sambas-enredo com temas nacionais (FERNANDES, 2012).

Buscando construir uma imagem auspiciosa junto à população e obter a atenção de visitantes e investidores estrangeiros, o Governo Vargas investiu no desenvolvimento do turismo, objetivando “combater o comunismo e sedimentar a imagem do presidente da República como democrata e pai dos pobres”. (SANTOS FILHO, 2007).

A partir de então, surgiu a orientação governista para realização de eventos comemorativos, dando especial atenção aos relacionados às classes trabalhadoras. O objetivo era despertar o espírito nacionalista na população, evitando o ressurgimento de movimentos separatistas. A unidade nacional – físico-territorial e identitária – era de reconhecida importância para a estabilidade governista.

Eventos de diversos tipos compuseram esforços para a criação de um escopo de informações nacionalistas: eventos em estádios de futebol, praças públicas, escolas, a divulgação do País no exterior através de produção literária, inauguração do Cristo Redentor (1931), além da presença de atrizes estrangeiras, oficialmente convidadas para conhecer e desfrutar do carnaval carioca.

Figura 4 - Getúlio Vargas no Desfile da Juventude, Campo do Vasco da Gama. Rio de Janeiro, 07 set 1943.



Fonte: Arquivo Digital CPDOC-FGV in MOSKO et al, 2010.

Dentro desta lógica estabeleceu-se a relação entre a atuação governamental e o Patrimônio histórico, cujos elementos escolhidos pela equipe governista se encarregariam de reforçar a construção da identidade

nacional. Juntamente com o Turismo, os elementos do Patrimônio histórico serviram aos objetivos propostos.

Utilizado como elemento significativo na formação da boa imagem do Governo Vargas, o DIP era responsável por qualquer evento cívico e militar, organizado pela DT do órgão, e determinava o que poderia ser anunciado interna e externamente.

Figura 5: Cristo Redentor recém-inaugurado.

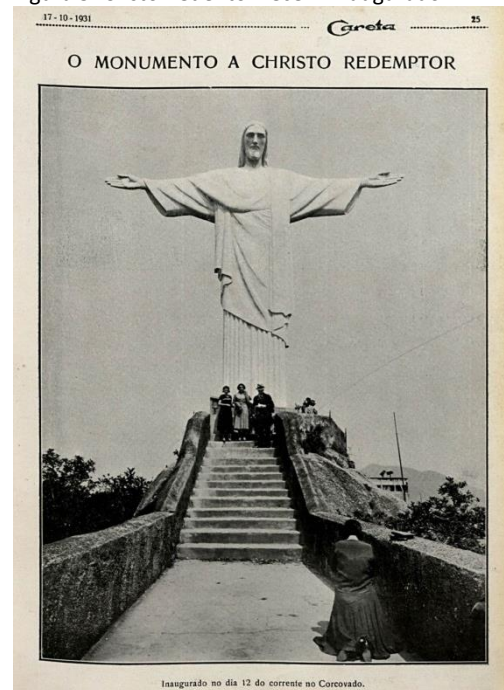


Figura 6: Solenidade de inauguração do Cristo Redentor.



Fonte: Revista Careta, 1931.

A atividade turística foi utilizada, então, como forma de divulgação ideológica, responsável pela elaboração e manutenção da imagem pública do governante do País; e, associada ao Patrimônio, contribuiu para criação e manutenção da identidade nacional, de acordo com os interesses políticos vigentes.



Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | PPGAU/UFRN

Percebe-se, pelas determinações institucionais de então, que o Governo Vargas reconhecia a importância do turismo sob os mais diversos aspectos: econômico, social, político e como elemento agregador dos valores necessários para a cristalização de uma imagem positiva do País e de seu governante. Por isso, o Governo Vargas institucionalizou a relação entre patrimônio histórico, turismo e propaganda como políticas de governo. Enquanto a escolha e a determinação dos elementos importantes e, portanto, passíveis de serem classificados como patrimônio, lançavam a base para a construção de uma identidade nacional, tão importante naquele período, o turismo e a propaganda se encarregavam de difundir os novos valores e dar suporte à construção da imagem de grande governante e de país aprazível a Vargas e ao Brasil, proporcionando, assim, a temporária estabilidade política almejada no período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecendo-se a importância de se compreender a relação entre Patrimônio e Turismo, observando de que maneira a associação destes dois segmentos serviu ao Governo Vargas para a formação de uma identidade nacional, esta pesquisa terá prosseguimento, abordando questões mais específicas relacionadas ao Patrimônio, como elemento de poder e dominação, seguidas das questões referentes à relação entre a criação da identidade nacional, as Cartas Patrimoniais e os Planos de Desenvolvimento Turístico nacional no período em questão.

AGRADECIMENTOS

Aos Professores Françoise Valery e José Clewton Nascimento, orientadores da tese em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. **Revista Brasileira de História**, vol.21 nº.40 São Paulo, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882001000100005&script=sci_arttext . Acessado em: 10 jan 2015.

BRASIL. Câmara dos deputados. Legislação Informatizada - **Decreto-lei nº 1.915, 27 dezembro de 1939 - Publicação Original.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acessado em: 30 nov 2014.

CAMARGO, H. L. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CARETA. Nº 1217, ano XXIV. Rio de Janeiro: Kosmos, 1931. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=083712&pesq=Cristo%20Redentor&pasta=ano%20193>. Acessado em: 18 jan 2015

CHAUÍ, Marilena. **BRASIL: Mito fundador e sociedade autoritária**. 2000. Disponível em: http://www.posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/intranet/includes/download.php?id_arquivo=174. Acessado em: 21 de out. 2013.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. Escolas de samba, identidade nacional e o direito à cidade. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Vol. XVI, nº 418 (47), 1 nov 2012.

LOPES, Antonio Herculano. **Entre Europa e África: a invenção do carioca**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Topbooks, 2000.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. **Educação patrimonial: da teoria à prática**. Londrina: Unifil, 2009.

MOSKO, J.F; CAPRARO. A.M; MOSKO, J.C. **O Estado Novo (1937-1945) e a Educação Física**: doutrinando corpos no exercício do poder. Revista Digital - Buenos Aires - Ano 15 - nº 143 - Abril de 2010. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/>. Acessado em: 18 jan 2015.

SANTOS FILHO, João. **O turismo na Era Vargas e o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP**. (2007). Revista Digital - Buenos Aires - Ano 12, nº 114 - Nov 2007 Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd114/o-turismo-na-era-vargas-e-o-departamento-de-imprensa-e-propaganda.htm>. Acessado em: 5 jan 2014.

